



TRAMA GOLPISTA

Congresso será campo de batalha sobre anistia

Iminência da prisão de Bolsonaro, condenado pelo STF, mobiliza oposição para aprovar projeto de perdão amplo, geral e irrestrito. Desafio, entretanto, é alinhar a estratégia com o Centrão e superar resistências, especialmente no Senado

» ALÍCIA BERNARDES

A condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) reacendeu a disputa em torno do projeto de anistia no Congresso Nacional. Na última quinta-feira, o ex-chefe do Executivo foi sentenciado a 27 anos e 3 meses de prisão, em regime inicialmente fechado. É a primeira vez na história do país que um ex-presidente recebe punição por golpe de Estado.

Com a iminência da **prisão** de Bolsonaro, a anistia transformou-se em um dos principais pontos de mobilização da oposição, que defende perdão amplo, geral e irrestrito aos golpistas. O desafio, entretanto, é alinhar a estratégia com o Centrão e superar a resistência do Senado.

A pauta vinha sendo discutida desde os atos extremistas de 8 de Janeiro, mas ganhou tração após o julgamento. Aliados de Bolsonaro intensificaram articulações, inclusive com apoio do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que deve reforçar as conversas em Brasília nos próximos dias. Na Câmara, a oposição busca que o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), coloque o projeto em análise. Motta, no entanto, tem resistido a pautar o texto, que divide o Centrão.

No Senado, o presidente Davi Alcolumbre (União-AP) defende uma versão mais restrita. A ideia seria recalibrar penas, sem conceder perdão a Bolsonaro ou ao núcleo central da tentativa de golpe. Interlocutores próximos ao parlamentar afirmam que dificilmente a Casa votará uma anistia ampla.

As posições, no entanto, seguem polarizadas. Parlamentares governistas rejeitam qualquer iniciativa de anistia. A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou ao **Correio** que “não pode haver perdão para golpistas” e classificou a medida como inconstitucional. “A retomada dessa discussão é inaceitável. Precisamos de punição exemplar para evitar novos atentados contra a democracia”, argumentou.

Entre os críticos do STF, o senador Dr. Hiran (PP-RR) defende o debate. Para ele, a condenação de Bolsonaro precisa ser analisada

Trânsito em julgado

A expectativa é que o trânsito em julgado, ou seja, o esgotamento dos recursos possíveis, quando os ministros terminam de avaliar eventuais embargos declaratórios apresentados pelas defesas, ocorra em novembro. A partir daí é que se inicia o cumprimento da pena. Bolsonaro foi condenado por cinco crimes, entre os quais, organização criminosa armada, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

sob critérios técnicos. “Há dúvidas sobre a competência do tribunal e a proporcionalidade da pena. Não podemos permitir que a política se sobreponha ao direito”, frisou.

Já o senador Beto Faro (PT-PA) classificou a anistia ampla como “desmoralização institucional”. Ele reconheceu, no entanto, a possibilidade de discutir penas mais brandas para manifestantes que seguiram o “efeito manada”. “O Supremo já vem considerando esses casos em acordos de não persecução penal”, destacou.

Na avaliação do STF, crimes contra a democracia não podem ser perdoados. Durante o julgamento, o ministro Alexandre de Moraes, relator do processo da trama golpista, reforçou que a Constituição não permite anistia para esse tipo de delito. A posição é compartilhada por outros integrantes da Corte, que veem risco de repetição de atos golpistas em caso de aprovação da medida.

Juristas, por sua vez, sustentam que o instituto da anistia tem respaldo constitucional. O professor da USP Rubens Beçak lembrou que o Brasil já utilizou o mecanismo em diferentes momentos da história, como em 1945, após o Estado Novo, e em 1979, no processo de redemocratização. “Se o Parlamento quiser, vale. É uma decisão política”, avaliou. Ele também diferenciou anistia de indulto: “Enquanto o indulto é um ato do presidente por decreto, a anistia é aprovada pelo Legislativo e tem caráter mais amplo.”

AFF



Em prisão domiciliar, Bolsonaro está na iminência de começar a cumprir a pena imposta pelo STF, o que deve ocorrer até o fim do ano

Presidenciáveis acenam à base bolsonarista

Governadores cotados para disputar a Presidência em 2026 reagiram à decisão do STF, que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por golpe de Estado. De olho no espólio eleitoral do capitão reformado, os presidenciáveis têm intensificado acenos à sua base, defendendo pautas como a “anistia ampla, geral e irrestrita” aos réus dos atos do 8 de Janeiro.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou em suas redes sociais que a condenação do ex-presidente fere o “princípio da presunção da inocência”, por ter sido proferida “sem provas”. Segundo ele, o resultado

do julgamento “já era conhecido”, e Bolsonaro estaria sendo vítima de “penas desproporcionais”.

Tarcísio voltou a se alinhar ao bolsonarismo radical e atacou o STF. “A história se encarregará de desmontar as narrativas, e a justiça ainda prevalecerá. Força, presidente. Seguiremos ao seu lado”, escreveu na noite de quinta. Recentemente, o governador havia chamado o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, de “tirano”, durante manifestação na Avenida Paulista.

Outro nome cotado para as eleições de 2026, o governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD), defendeu a “pacificação” política e criticou

o que classificou como perseguição a Bolsonaro. “O Brasil precisa ser pacificado, e isso passa também pelo fortalecimento das nossas instituições, que devem atuar com equilíbrio e pautadas pelo Estado Democrático de Direito. O povo brasileiro não pode ficar refém de dogmas. Aliás, a população não está feliz com a perseguição a um ex-presidente”, afirmou.

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), também atacou a decisão do STF. “Justiça ou inquisição? A condenação de Bolsonaro pela Primeira Turma do STF acirra a divisão do país, e não é disso que precisamos”, afirmou, em

publicação nas redes sociais.

Por sua vez, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), ressaltou que a decisão da Primeira Turma do STF confirmou um resultado que já estava, segundo ele, “antecipado”. “Mais uma vez, lamento profundamente a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal. Digo ‘mais uma vez’ porque essa condenação já havia sido, de certa forma, antecipada: primeiro, quando lhe foi negado o direito de se defender publicamente; depois, quando até o seu direito de ir e vir foi restringido”, destacou, em nota.

Defesas anunciam recursos; Carlos dá “parabéns” a Cid

» FERNANDA STRICKLAND
» LUANA PATRIOLINO

As defesas do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros condenados pela trama golpista anunciaram que vão recorrer da decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). O colegiado aplicou penas severas a oito réus apontados como integrantes do núcleo crucial da ofensiva antidemocrática, entre os quais, o ex-chefe do Executivo, sentenciado a 27 anos e 3 meses de prisão.

Os advogados de Bolsonaro adotaram tom crítico em relação à maioria dos ministros. Disseram que receberam a decisão “com respeito”. “Contudo não pode deixar de manifestar profunda discordância e indignação com os termos da decisão majoritária”, diz o texto assinado por Celso Vilardi e Paulo

Amador da Cunha Bueno.

Eles também contestam a competência da Primeira Turma para julgar o caso. “Continuamos a entender que o ex-presidente deveria ter sido julgado pela primeira instância ou, se assim não fosse, pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal”, afirmaram.

Outro ponto questionado é a falta de tempo para análise de provas durante o processo, o que, segundo a defesa, teria comprometido o contraditório. “As penas fixadas são absurdamente excessivas e desproporcionais e, após analisar os termos do acórdão, ajuizará os recursos cabíveis, inclusive no âmbito internacional”, enfatizaram.

O vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PL) publicou uma ironia ao tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do pai e delator da trama golpista.

Reprodução/Facebook, Rosinei Coutinho/SCO/STF e Sergio Lima/AFF



Carlos Bolsonaro para Cid: “Parabéns pelo que fez na história brasileira”

“Parabéns pelo que fez na história brasileira, Mauro Cid”, escreveu no X. Ele fixou a postagem no perfil.

Também condenado, o ex-ministro da Justiça Anderson Torres recebeu pena de 24 anos de prisão. Em nota assinada por seu advogado, Eumar Novacki, declarou que “mesmo após ampla instrução e provas que indicavam sua inocência, Anderson Torres recebeu com serenidade a decisão da Turma do STF e aguarda a publicação para possíveis recursos”.

A defesa do general Augusto Heleno, condenado a 21 anos de prisão, também contestou de forma veemente a decisão. Em comunicado, seus advogados afirmaram que a pena foi “exorbitante”. A nota também sustenta que “alegações genéricas foram usadas para condená-lo, ao revés de provas robustas e abundantes para absolvê-lo”.

Em relação ao general Walter Braga Netto, sentenciado a 26 anos, os advogados classificaram a decisão como “injusta” e criticaram o que chamaram de cerceamento de defesa. Eles sustentaram que a condenação se baseou em “mentiras do delator” e que não há provas da participação do ex-ministro em qualquer crime. O texto afirma, ainda, que todos os recursos cabíveis serão avaliados, inclusive em Cortes internacionais.

Até o fechamento desta edição, não havia manifestações públicas dos advogados do almirante Almir Garnier (24 anos de prisão), do general Paulo Sérgio Nogueira (19 anos), do ex-ajudante de ordens Mauro Cid (2 anos em regime aberto) e do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), condenado a 16 anos e 1 mês,